

**ESTUDOS FEMINISTAS E ESTUDOS DE GÊNERO:
INTERDISCIPLINARIDADE E RECONHECIMENTO**
FEMINIST STUDIES AND GENDER STUDIES:
INTERDISCIPLINARITY AND RECOGNITION

ADRIANA BEBIANO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras

adrianabebiano@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3292-6751>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/10/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 22/03/2023

Resumo:

Nos últimos anos, adquirida a consciência da incompletude de um saber circunscrito a uma única disciplina, a interdisciplinaridade tornou-se quase obrigatória na investigação académica. Paradoxalmente, o trabalho interdisciplinar realizado é frequentemente confrontado com a dificuldade da validação científica, decorrente de uma eventual indefinição de categorias analíticas, metodologias e quadros teóricos. Os Estudos de Mulheres, Feministas e de Género (EMFG), sendo intrinsecamente interdisciplinares, e tendo por objetivo afirmar-se enquanto área de investigação autónoma, encontram frequentemente esta dificuldade. A partir da prática pedagógica e de investigação científica nesta área do conhecimento, este ensaio enuncia alguns dos problemas, soluções e paradoxos colocados pela interdisciplinaridade, procurando contribuir para o debate sobre o conceito e para o reconhecimento científico do trabalho interdisciplinar.

Palavras-chave:

Estudos Feministas e Estudos de Gênero; interdisciplinaridade; metodologias; escrita acadêmica; reconhecimento.

Abstract:

In recent years, with the awareness of the incompleteness of the knowledge limited to a single discipline, interdisciplinarity has become almost mandatory in academic research. Paradoxically, interdisciplinary work is often confronted with the difficulty of scientific validation, due to a possible lack of definition of analytical categories, methodologies, and theoretical frameworks. Women's, Feminist and Gender Studies (WFGS), being intrinsically interdisciplinary, and aiming to assert itself as an autonomous research area, often encounters this difficulty. Based on the pedagogical and scientific research practice in this field of knowledge, this essay outlines some of the problems, solutions and paradoxes posed by interdisciplinarity, seeking to contribute to the debate on the concept and to the scientific recognition of interdisciplinary work.

Keywords:

Feminist Studies and Gender Studies; interdisciplinarity; methodologies; academic writing; recognition.

No campo dos Estudos sobre Mulheres, Feministas e de Gênero (EMFG), tanto fraturas como pontes entre diversos posicionamentos frequentemente residem na plurissignificação das categorias analíticas usadas. Desde logo, o problema coloca-se ao nível da linguagem, e na sua relação complexa com o real empírico, muito antes de se colocar no terreno, nos estudos sobre a vida concreta das mulheres, ou pessoas com o corpo-fêmea, «natural» ou modificado. Tome-se como exemplo a própria designação do campo «Estudos sobre Mulheres, Feministas e de Gênero», convencionada em literatura recente, com o objetivo da abrangência das três denominações possíveis. Na origem, e no plano teórico, cada uma delas reflete um posicionamento epistemológico diverso; na prática, todavia, coexistem, e são frequentemente usadas de forma indiferenciada. Independentemente da designação, a interdisciplinaridade define o campo: recorre-se a conhecimentos e a metodologias de diversas disciplinas, que se complementam.

Esta não é, porém, uma tarefa simples. Muito do trabalho interdisciplinar passa pela forma como as categorias analíticas migram de um enquadramento teórico para outro, mantendo a sua utilidade: não migram intactas; são ressignificadas nesse processo. Por outro lado, todo o trabalho académico ocorre em contexto de um «regime de verdade», enquadrado e policiado pelas disciplinas, como argumenta Foucault no clássico «A ordem do discurso», lição proferida no Collège de France, em dezembro de 1970, cuja atualidade se mantém:

É sempre possível que se possa falar a verdade no espaço da exterioridade selvagem, mas só se está «na verdade» obedecendo às regras de um «policiamento» discursivo que se tem de reativar nos discursos de cada um. A disciplina é o princípio do controlo sobre a produção do discurso. A disciplina fixa os limites do discurso pela ação de uma identidade que toma a forma de uma reatualização permanente das regras (Foucault 1981: 61)⁽¹⁾.

Neste contexto, coloca-se a necessidade de discutir o estatuto epistemológico do próprio campo dos EMFG, enquanto área de conhecimento emergente, na sua relação com as disciplinas consolidadas e reconhecidas, tendo o reconhecimento, ou validação científica, por objetivo (ver Baum 2004). Se entendermos que é uma interdisciplina, corre o risco de ficar condenada a falar a partir do foucaultiano «lugar selvagem», que é um não-lugar. De facto, este lugar exterior – ou marginal – pode ter como consequência a «não-existência», processo identificado por Boaventura Sousa Santos sobre outras formas de conhecimento, mas que se aplica aos EMFG: «A não-existência é produzida sempre que uma determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível, ou irreversivelmente descartável» (Santos 2014: 172). A inteligibilidade é, assim, uma necessidade crucial para o reconhecimento.

Por outro lado, necessitam os EMFG de um enquadramento teórico único para serem inteligíveis e reconhecidos? Para a questão da (in) definição disciplinar não há solução cabal: há interrogação, percursos e práticas, amplamente discutidos na literatura deste campo. Como ponto de partida, entende-se que é importante um enquadramento disciplinar numa relação dinâmica com práticas inter- ou transdisciplinares,

(1) Todas as traduções de citações para português são da minha responsabilidade.

designações elas próprias sujeitas a discussão. A nomeação está sujeita ao escrutínio e à questionação pela comunidade, e é uma estratégia necessária à fundação de autoridade epistêmica.

Em “Transdisciplinary Gender Studies: Conceptual and Institutional Challenges”, ensaio incluído na coletânea *Theories and Methodologies in Postgraduate Feminist Research. Researching Differently* (2011), Anthje Lann Hornscheidt e Susanne Baer colocam várias hipóteses de nomeação, a partir das práticas do Centro de Estudos Transdisciplinares de Gênero da Universidade Humboldt, em Berlim. Optando por «transdisciplinaridade», as autoras fazem notar que as fronteiras e os seus guardiões, bem como as hierarquias entre as disciplinas, continuam firmes; procuram, então, transformar as desvantagens em desafios, propondo um trabalho de colaboração entre disciplinas consolidadas – entre o direito e a linguística, por exemplo –, estratégia recorrente em quem se confronta com estes obstáculos nas suas práticas pedagógicas e de investigação.

Os problemas de implementação de práticas interdisciplinares em EMFG são discutidos a várias vozes ao longo da coletânea. O ensaio “This Discipline Which is not One: Feminist Studies as a Postdiscipline”, de Nina Lykke, é particularmente útil para o debate, tanto pelo resumo lúcido do estado da arte, como pela identificação dos problemas colocados no «trabalho de transgressão» das fronteiras disciplinares (Lykke 2011: 129), que, segundo Lykke, tem vindo a ser realizado a partir da década de 1970. A autora tenta dirimir as linhas de fronteira entre designações multi-, inter-, trans- e pós-disciplinares, que se encontrariam mais frequentemente nas práticas do que nas designações, elas próprias decorrentes das circunstâncias locais de cada projeto. Lykke distancia-se de Hornscheidt e Baer, defendendo uma estratégia de «integração interdisciplinar do conhecimento [em que] teorias e metodologias de diferentes disciplinas refletem sobre como contribuem para uma análise complexa de um problema de investigação» (Lykke 2011: 131). Para esta estratégia, defende o uso da designação «pósdisciplina» por a entender como mais abrangente, e aquela que permitiria superar as dificuldades em distinguir diferenças, por vezes ténues, entre as diversas opções.

O que vem primeiro? O nome ou a prática? A experiência diz-nos que se influenciam mutuamente, num processo dinâmico, que tem vindo a acontecer e que está ainda em curso, e para o qual não existem soluções definitivas. Não é demais sublinhar que as designações multi-, inter-, trans- e mesmo pós-disciplinar, perante o trabalho realizado

acabam por ser equivalentes: resulta mais importante a legitimidade e a validação do termo escolhido na comunidade académica local, do que propriamente a procura de uma relação exata entre a palavra e a coisa – procurando o rigor etimológico das palavras, abstraindo da sua localização –, tarefa que não encontro resolvida de forma satisfatória em nenhuma das teóricas lidas. A resposta parece estar na procura de boas práticas interdisciplinares, que só podem ser encontradas no terreno, caso a caso: em aulas, debates, publicações, congressos, conceção de projetos, coorientações de teses, eventos e tarefas nas quais é desejável um trabalho coletivo que reúna pessoas com origens disciplinares diversas.

A dificuldade reside em produzir um diálogo de transformação mútua, nomeadamente através da migração de categorias de uma disciplina para outra, de modo a produzir conhecimento acrescido. Ora, como argumenta João Arriscado Nunes, quando ultrapassam fronteiras os objetos mudam de forma (Nunes 2001), o que obriga a uma definição rigorosa do seu significado no novo lugar. Podemos tomar como exemplo a categoria «subalterno»: cunhada por Antonio Gramsci, no âmbito da filosofia marxista, para designar grupos sociais economicamente excluídos, foi adotada pelos estudos pós-coloniais para referir a hierarquia de poder estabelecida entre colonizador e colonizado. Por sua vez, cruzando este campo de investigação com a teoria feminista, Gayatri Spivak acrescenta-lhe a vertente da diferença sexual: «o subalterno» é «a subalterna»⁽²⁾ (Spivak 1988). Se a interdisciplinaridade não pode ser uma opção meramente retórica para uma aglomeração de disciplinas que permanecem nos seus territórios, já pode, por outro lado, ser um lugar de fronteira e de trocas, local de possibilidade de um conhecimento mais amplo (Nunes 2001; Nunes 2002). No entanto, perante o uso eufórico da ideia de transgressão de fronteiras, a pergunta impõe-se: transpor fronteiras disciplinares é um bem em si mesmo? Estas transgressões são legítimas na medida em que produzem conhecimento útil, o que obriga a evitar os riscos de falta de rigor no uso de categorias e de quadros teóricos.

As dificuldades em produzir investigação interdisciplinar consistente são bem detetáveis, por exemplo, em antologias de ensaios que se autorrepresentam como interdisciplinares e que, frequentemente, são coletâneas de textos de diversas disciplinas, cada uma em seu lugar, não

(2) Tal como está explícito já no título da recente tradução para português de António Sousa Ribeiro (Spivak 2020).

entrando em diálogo com outras abordagens. Tomo aqui como exemplo, a coletânea *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva* (Assis e Santos 2016). Tendo embora ensaios excelentes ancorados em disciplinas diversas (Santos 2016; Assis 2016), uma reflexão inter- ou transdisciplinar bem conseguida é difícil de descortinar em alguns dos artigos. Os ensaios que não alcançam os objetivos propostos falham por não se terem tido em consideração as metodologias específicas das disciplinas a que supostamente recorrem. A título de exemplo, encontra-se um artigo sobre um conto de Alice Munro, de quatro autoras que trabalham em direito (Ferreira et al. 2016), que não tem em consideração categorias como «ficção», «representação», «voz narrativa» ou «personagem», indispensáveis nos estudos literários. Daqui resulta que o conto é lido como ilustração, e mesmo «prova», da subalternização e das violências cometidas sobre mulheres reais. Ora, o texto literário, com o seu complexo vínculo ao «real», não pode ser lido como «prova». Coloca-se, ainda e sempre, a questão da competência em metodologias e quadros teóricos distintos ou, por outras palavras, a questão de quem tem autoridade. Num trabalho interdisciplinar, a autoridade (científica) resulta do conjunto de competências indispensáveis para falar sobre o objeto em apreço, enquadrado em campos teóricos que, podendo sobrepor-se na fronteira, são diversos. A interdisciplinaridade, portanto, coloca-se ainda e sempre em termos do que pode ou não ser dito, e por quem. Situando-se nas margens, e sob escrutínio, às áreas de conhecimento emergentes exige-se redobrada atenção ao rigor.

Por outro lado, mesmo no interior do próprio campo dos EMFG podemos tropeçar, com alguma frequência, na hierarquia de saberes que dizemos questionar: as humanidades continuam a ser pensadas como o Outro do conhecimento; logo, ocupando um lugar inferior. Afinal, em que metodologia se ancoram filosofia ou estudos literários? No entanto, basta conhecer o *curriculum* de autoras como Judith Butler, Rosi Braidotti, Elizabeth Grosz ou Gayatri Spivak, para ser evidente que muita da teoria mais estimulante em EMFG tem vindo a ser produzida a partir da filosofia e da literatura comparada.

A solução pode ser encontrada num diálogo entre o que fazem as humanidades e o que fazem as ciências sociais, unindo-se num objetivo comum e «suplementando-se mutuamente», um apelo que Gayatri Spivak faz em *Death of a Discipline* (2003). Este apelo não é novo: estamos no meio de um processo cujo início pode ser identificado já na década de

1970, no contexto do que se convencionou chamar «viragem cultural» – com origem na antropologia e enfoque nas culturas – ou, por vezes, «viragem linguística» – com enfoque na filosofia da linguagem –, e que, à época, parecia anunciar o triunfo da mudança de paradigma. Ora, esta mudança não vingou.

Como recentemente lembram Hornscheidt e Baer, «[as] disciplinas são ferramentas poderosas: elas definem o que é conhecimento» (2011: 156). Ora, o exílio de algumas formas de saber para o «espaço selvagem» do não saber – relembando Foucault – acontece aos EMFG, por parte das disciplinas consolidadas; mas acontece também no interior dos próprios EMFG. Uma das vertentes da dificuldade do diálogo entre disciplinas diz respeito à metodologia, que se presume ter por modelo o trabalho de laboratório – importado das «ciências exatas» – e que dificilmente se aplica às humanidades. Aqui, subscrevo a posição de Tony Judt quando, no ensaio «Words», escrito pouco antes de morrer, se insurge contra o que perceciona como a morte do pensamento livre nas universidades, no decurso da «profissionalização» imposta nas últimas décadas. De forma incisiva, afirma: «a ‘profissionalização’ da escrita académica – e a fixação consciente das humanidades na segurança da ‘teoria’ e da ‘metodologia’ – favorece o obscurantismo» (Judt 2010: 151). Para Judt, nas humanidades a metodologia é simples: ler, pensar, escrever.

Nesta dinâmica – que é um combate pela autoridade científica –, as ciências sociais ocupam um lugar particular. A sua validação, historicamente ainda recente, teve como efeito secundário o benefício de criar um campo intermédio entre as «ciências duras» e as humanidades. No entanto, na prática – e generalizando – as ciências sociais não abdicaram de almejar o estatuto de ciência dura, e surgem, ainda hoje, num lugar intermédio na hierarquia que entende o conhecimento produzido pelas humanidades como «mole», o que está próximo da irrelevância. No interior do próprio campo dos EMFG, este é um ponto nodal do processo de produção de conhecimento interdisciplinar, um problema não resolvido pela ideia de «suplemento mútuo», relembando Spivak. A constituição de um quadro de validação do conhecimento continua a passar pela escolha de metodologias que sejam reconhecidas como «suficientemente científicas»; no paradigma presente, «ler, pensar, escrever», dificilmente será aceite como metodologia adequada. Convém lembrar, no entanto, que vêm de longe as propostas de um outro modelo de validação científica, justamente fundado na teorização da interdisciplinaridade.

Recuando a 1983, encontramos no antropólogo Clifford Geertz o esboço de uma saída para o problema das metodologias vinculadas à autoridade científica. No ensaio “Blurred Genres. The Refiguration of Social Thought”, ao pensar na relação entre «factos», que seriam tratados pelas ciências sociais, e «analogias», uma ferramenta oferecida pelas humanidades, defende: «Eu não só penso que estas coisas são verdadeiras, como penso que são verdadeiras em conjunto» (Geertz 1983: 21). O autor escreve assim trinta anos antes de Spivak escrever *Death of a Discipline* (2003), onde defende justamente a ideia de abordagens diversas serem «verdadeiras em conjunto». Que, no início deste século, Spivak considere ainda necessário argumentar a complementaridade entre as duas culturas, é sintoma da persistência de um abismo entre elas.

Regresso aqui a uma pergunta já colocada, desta vez na formulação de Hornscheidt e Baer: «Qual é o estatuto das diferentes formas de produção de conhecimento disciplinar numa abordagem transdisciplinar dos estudos de género?» (2011: 165). O estatuto – ou o lugar de poder simbólico de qualquer disciplina – encontra-se em permanente deslocação, mesmo que esta seja pouco perceptível a olho nu, situados que estamos no presente, com os nossos inevitáveis ângulos cegos. Acontece que, de cada vez que uma linha de investigação se afirma, todas as outras mudam de lugar, todo o campo é reconfigurado. Contradições e paradoxos geram dinâmicas que não têm de ser superadas, mas antes vividas em mudança permanente.

Se o «nome» não é consensual, como anteriormente esclareci, e se o diálogo entre diferentes disciplinas de origem por vezes encontra muros aparentemente intransponíveis, vale perguntar o que nos une. Consensual e transversal, creio que é apenas o recurso a uma lente sexuada na investigação de qualquer objeto de estudo. Daqui decorre a importância do reconhecimento do papel do sujeito na produção do conhecimento – posição epistemológica transversal a várias áreas do saber – e à «teoria do ponto de vista» (Hartsock 1997), que ancora o conhecimento na experiência concreta das mulheres, independentemente da controvérsia em torno desta teoria⁽³⁾.

A partir de um lugar na história em pleno processo de mudança de paradigma, o ponto nevrálgico em torno do qual se articula a legitimação

(3) Ver debate entre Nancy Hartsock e Susan Hekman no número do inverno de 1997 da revista *Signs* (Hartsock 1997; Hekman 1997).

científica dos EMFG reside na subjetividade *versus* objetividade e, daqui decorrente, naquilo que pode ser validado como «boa ciência». Acontece que a ciência moderna está fundada na divisão sujeito/objeto e esta relação de suposto distanciamento ainda serve de bitola para a validação do conhecimento. A desconstrução é a linha filosófica que procede à problematização desta falácia de forma mais eficaz, mas o seu efeito tem tido pouco impacto em algumas disciplinas. Seguindo uma metodologia análoga à utilizada pela desconstrução, os instrumentos de análise transversais aos EMFG continuam a ser «conhecimento situado», «teoria do ponto de vista», «objetividade forte» e «objetividade feminista» (Haraway 1988; Harding 1993; Harding 1995).

Quando Donna Haraway fala de «objetividade feminista» está a enunciar um aparente paradoxo. Nos discursos hegemônicos da ciência, a objetividade diz-se e quer-se neutra, e qualquer adjetivação a contamina com a presença de um sujeito epistemológico que o discurso científico se esforça por rasurar, no que a autora denomina «o truque de deus» (Haraway 1988: 581), a encenação de uma posição incorpórea, onnipresente e omnisciente. Esta é uma falácia desmontada em “Situated Knowledges: The Science Question and the Privilege of Partial Perspective”, onde Haraway desvela o sujeito do conhecimento invisibilizado, mas inevitavelmente presente. Ao argumentar que «objetividade feminista quer simplesmente dizer conhecimento situado» (1988: 581), a autora enuncia uma posição que não enfraquece o conhecimento; antes, ao incluir uma dimensão autorreflexiva, torna-o mais completo e rigoroso.

Na continuidade da reflexão de Haraway, Sandra Harding (1993 e 1995) reformula «objetividade feminista» como «objetividade forte»: ao incluir uma reflexão sobre o sujeito e o seu lugar na produção de conhecimento, teremos um conhecimento menos parcial e falacioso do que o produzido pela suposta neutralidade do discurso. Subjacente à teoria de Harding há ainda a ideia de que o conhecimento não é produzido por uma pessoa isolada, mas por toda uma comunidade, cujas crenças⁽⁴⁾ condicionam as perguntas colocadas, uma vez que «os

(4) Harding recorre muito a «crença» e «crenças» na sua discussão. São palavras semanticamente carregadas, tanto em inglês como em português, que remetem para um conhecimento falso, ou, pelo menos, parcialmente falso. Em Harding referem a incompletude e o ponto de vista, colocando em questão o valor metafísico de «verdade».

fundamentos do conhecimento estão completamente saturados com a história e a vida social, em vez de se dela se abstraírem» (Harding 1993: 57). Reconhece-se, assim, a materialidade das circunstâncias de produção do conhecimento. Acresce que, sendo a *polis* sempre organizada segundo hierarquias de poder, as questões pertinentes para os setores sociais subalternizados tendem a ser esquecidas:

O ponto de partida da teoria do ponto de vista [...] é que, nas sociedades estratificadas por raça, etnia, classe, gênero, sexualidade [...], as atividades das pessoas no topo organizam e estabelecem limites sobre o que as pessoas que realizam tais atividades podem compreender sobre si próprias e sobre o mundo à sua volta (Harding 1993: 54).

No caso dos EMFG, é a partir da experiência concreta das mulheres, compreendidas na sua pluralidade e heterogeneidade, que se pode construir conhecimento válido (Harding 1993: 54).

A questão do conhecimento objetivamente forte coloca-se, desde logo, na escolha das perguntas que servem como ponto de partida para cada trabalho de investigação: a própria pergunta já é condicionada por quem a faz e pelo seu contexto; condiciona também os resultados, também na medida em que estes têm inevitavelmente uma vertente de interpretação. De sublinhar que este posicionamento não implica relativismo: nem todo o conhecimento tem valor equivalente, nem é redutível a simples interpretação. Harding tem a cautela de sublinhar a multiplicidade dos lugares das perguntas e das experiências que as sustentam: «os temas/agentes do conhecimento para a teoria do ponto de vista feminista são múltiplos, heterogêneos e contraditórios» (1993: 65). Este abraçar da multiplicidade, e mesmo do paradoxo, pode ser encontrado em vários pontos nevrálgicos das teorias feministas, nomeadamente na discussão da diferença e subjetividade (Butler 1990), ou de subalternidade e identidade (Spivak 1988); acontece no contexto do «fim das metanarrativas», que a desconstrução e o pensamento pós-moderno⁽⁵⁾ propõem, práticas essas às quais esta linha teórica não será estranha.

(5) Enquanto a referência à desconstrução enquanto metodologia é incontornável, subscrevo a posição de Rita Felski (2015) quando defende a relativa inutilidade da categoria «pós-modernismo» na discussão de Teorias Feministas. Nesta linha de argumento, veja-se também Geraldine Meaney (2012). Para uma discussão útil de «pós-modernismo» na abordagem feminista das Artes Visuais, ver Macedo 2001.

O pressuposto da multiplicidade dos posicionamentos a partir dos quais se faz «boa ciência», e que se articula com a consciência da multiplicidade da categoria «mulheres», conflui de forma útil com «interseccionalidade» enquanto categoria analítica. O conceito terá sido cunhado por Kimberlé Crenshaw, em “Demarginalizing the Intersection of Sex and Race: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics” (Crenshaw 1989). Escrevendo numa revista de direito, no contexto do sistema judicial norte-americano, a autora discute a dupla marginalização das mulheres negras na confluência de «gênero» e «raça», e deixa muito claro a inutilidade do recurso à categoria «gênero» como único instrumento de análise para abordar a realidade social das mulheres afro-americanas. Perante a consciência da simultaneidade de várias opressões, «interseccionalidade» tornou-se uma categoria progressivamente mais utilizada, expandindo-se, para além de género e raça, à inclusão de sexualidade, religião, idade, e outras vertentes das identidades. É evidente que o reconhecimento da existência de diversas camadas identitárias na vida das mulheres concretas é muito anterior ao artigo de Crenshaw: basta lembrar a resposta de Adrienne Rich a Virginia Woolf, na problematização da categoria «mulher» (Rich 1986; Woolf 1938). A partir do contexto das feministas afro-americanas, o que Crenshaw traz de novo é a categoria analítica – o «nome» –, que sintetiza o que já era uma prática emergente. Tornou-se um instrumento heurístico crucial, que permite ainda refletir sobre hierarquias de opressão decorrentes de vários contextos, e contribui para o esforço no sentido da inclusão de todas as formas de humano.

Para além deste chão comum, nos EMFG há posições diversas, por vezes mesmo antagónicas, o que é um bom ponto de partida para a construção de conhecimento válido.

A interdisciplinaridade é processo, um *continuum* de boas práticas radicadas num conhecimento forte num lugar de partida que é – que não pode deixar de ser – disciplinar. É justamente a defesa da robustez desse «lugar de origem» que Gayatri Spivak fez em “Study, know, learn, hear, listen, do? Humanities for Social Studies”, Aula Inaugural dos Programas de Doutoramento do Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, a 12 de outubro de 2018. Para entrar em diálogo com outros campos do saber, cada uma de nós tem de estudar a fundo, aprender e conhecer muito bem o seu lugar disciplinar de origem, que é também o lugar de fala. Daí a importância de fazer um exercício de autorreflexão a

partir dos estudos literários – o meu lugar de origem –, sobre os EMFG enquanto campo interdisciplinar.

Em Portugal, nas últimas décadas, os EMFG têm vindo a ser feitos nas mais diversas disciplinas, mas com maior visibilidade nas ciências sociais, com a concomitante invisibilização das humanidades. No entanto, foi nas humanidades – na literatura e na história – que nasceu esta área de investigação (Bebiano e Ramalho 2018). Mais especificamente, nas universidades portuguesas e europeias, os EMFG surgiram no campo dos Estudos Anglo-Americanos, ou «English», na denominação em inglês. Sendo uma área disciplinar consolidada, há que ter em consideração que mesmo «English», enquanto disciplina, tem uma história e está sempre em transformação. Em “Writing the European History of English” (Engler 2000: 1-12), introdução a uma coletânea de ensaios que procura uma abordagem panorâmica da disciplina, Balz Engler começa justamente por afirmar que «[o inglês] é surpreendentemente difícil de definir». De facto, enquanto uma abordagem histórica permite observar a transformação constante da disciplina, de uma abordagem comparativa sincrónica resulta a perceção clara da diversidade de metodologias e de objetos de estudo sob o guarda-chuva «inglês», de forma que talvez fosse mais rigoroso falar de «campo», ou de «área» e não de «disciplina». Independentemente dos contornos porosos das suas fronteiras, «Inglês», «Estudos Ingleses» ou «Estudos Anglo-Americanos» são áreas consolidadas nas Faculdades de Letras portuguesas. Trata-se de um trabalho de investigação e docência feito a partir de uma área consolidada, que, no entanto, inclui uma inflexão no sentido de áreas emergentes,⁽⁶⁾ facilmente identificável através de uma observação das dinâmicas da universidade nas últimas décadas, através da criação de cursos e de linhas de investigação transversais.

Por outro lado, não deverá causar espanto a confluência entre Estudos Anglo-Americanos e EMFG. Como bem argumenta Renate Haas, na sua introdução a *Rewriting Academia. The Development of Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe* (2015), os departamentos de inglês⁽⁷⁾ das universidades da Europa continental foram instrumentais

(6) Falo a partir da área dos EMFG, mas este argumento é válido para Estudos Urbanos, Estudos Pós-coloniais, Estudos para a Paz, e muitos outros.

(7) Por «Departamentos de Inglês» entenda-se os departamentos e secções vinculados às culturas de língua inglesa, que em Portugal encontram correspondência tanto nos «Estudos Anglisticos», na Universidade de Lisboa, como «Estudos Ingleses e

na criação da área de EMFG – sob a designação de *Women's Studies* ou *Gender Studies* – assumindo um papel de intermediação entre o *mainstream* anglo-americano e as tradições nacionais em que se inseriam. A autora argumenta que «os Estudos Ingleses têm sofrido uma enorme diferenciação, sendo os Estudos das Mulheres e de Género um dos seus novos ramos» (2015: 13), estabelecendo assim um vínculo forte entre duas áreas que um olhar inocente pensaria autónomas. Acrescente-se que este argumento de Haas se encontra escorado em sete estudos de casos nacionais europeus, entre os quais se inclui Portugal.

Haas demonstra ainda que o acolhimento e o processo de institucionalização dos EMFG nos departamentos de Estudos Anglófonos aconteceram paralelamente ao processo de globalização recente, sob a hegemonia da língua inglesa (2015: 10-12). Pese embora o problema político que a hegemonia da língua inglesa representa na academia, e que expõe uma assimetria de poder entre os países centrais e os países periféricos ou semiperiféricos na geopolítica global, há ainda que ter em consideração todo um processo histórico que permite compreender o vínculo dos EMFG aos departamentos e áreas afins ao inglês. Já em 1994, em conversa com Judith Butler, Rosi Braidotti expressava preocupação com o que considerava «uma proporção alarmante» de cursos de *Women's Studies* nas universidades europeias vinculados aos estudos americanos, no que via um sinal de uma dependência europeia dos discursos das académicas feministas norte-americanas, com a consequente rasura do trabalho local realizado nas diversas universidades europeias (Braidotti e Butler 1994: 29-30).

Enquanto área de investigação autónoma, os EMFG nascem nas universidades dos Estados Unidos e, logo depois, no Reino Unido (Ramalho 2001); na Europa continental dissemina-se, defende Haas, através dos departamentos de Estudos Anglo-Americanos. Com algumas especificidades atinentes ao local, este processo acontece também nas universidades portuguesas, como demonstram Ana Gabriela Macedo e Margarida Esteves Pereira no estudo sobre Portugal incluído na coletânea da responsabilidade de Haas (Macedo e Pereira 2015: 42-44), e que demonstra cabalmente a importância das humanidades – e da literatura em particular – enquanto pedra angular da área.

Norte-Americanos», na Universidade do Minho, ou «Estudos Anglo-Americanos», na Universidade de Coimbra e na Universidade do Porto.

Relembro que, subscrevendo a ideia de que todo o conhecimento é situado, os EMFG privilegiam as narrativas ancoradas na experiência (Harding 1988, 1991, 1993). No entanto, a produção teórica feminista é imensa e essa âncora na experiência é, presentemente, por vezes esquecida em favor da abstração. A necessidade do «regresso à experiência» é defendida no conjunto de ensaios do dossiê “Feminist Investigations and Other Essays”, publicado no número da primavera de 2015 da revista *New Literary History. A Journal of Theory and Interpretation* (Bauer et al. 2015). Na introdução, de autoria coletiva, está expressa a preocupação com o crescente pendor abstrato da produção feminista recente. Afirmando-se contra esta tendência, as autoras procuram sublinhar a importância da experiência e dos contextos quotidianos para a teorização, defendendo que «o comum é uma categoria fundamental para a análise feminista», expressando ainda o seu «compromisso com a importância teórica, filosófica e política dos exemplos» (Bauer et al. 2015: vii). Para quem tem os estudos literários como disciplina de origem, são os textos literários que fornecem os exemplos – são a âncora da teorização.

No caso da literatura em inglês, os estudos shakespearianos são exemplares. Data já das décadas de 1980 e 1990 o grande florescimento das abordagens feministas de Shakespeare, com nomes como Lisa Jardine (1983), Jean E. Howard (1994 e 1997), Copélia Kahn (1980, 1981 e 1997) ou a pioneira Marilyn French (1981). O enfoque na figuração das mulheres nos textos dramáticos de um escritor inglês dos séculos XVI e XVII, central ao cânone literário ocidental, é, em «inglês», um dos pontos de partida para uma reflexão marcadamente feminista da literatura em geral, situada na análise de texto, antes mesmo de o trabalho de resgate das mulheres para o cânone literário se ter afirmado como a corrente mais forte – ainda hoje – das abordagens feministas da literatura⁽⁸⁾.

Paralelamente aos estudos shakespearianos, na genealogia do trabalho nos EMFG a partir dos estudos literários encontra-se um conjunto de estratégias de abordagem da literatura e da cultura designadas como «materialismo cultural» e «novo historicismo», a saber, uma metodologia de análise que olha a história e as práticas culturais numa relação de mútua interpelação. Surgidos na década de 1980, justamente no contexto anglófono dos estudos sobre Renascimento, modificaram

(8) Veja-se o notável trabalho de Angela Bourke et al. (2002) na literatura irlandesa, e de Vanda Anastácio (2013) na literatura portuguesa.

significativamente a metodologia de interpretação de textos e mesmo o que se concebia enquanto «texto». Autores como Catherine Belsey (1985), Stephen Greenblatt (1980, 1988 e 1990), Jonathan Dollimore (1984) e Alan Sinfield (1985) são os nomes clássicos desta abordagem. Greenblatt é o autor do ensaio que considero mais claro e atualmente útil: “Towards a Poetics of Culture”, incluído em *Learning to Curse* (1990: 196-215), é uma espécie de guião de boas práticas para quem queira enveredar por esta metodologia. Vindos dos estudos da literatura e da cultura, estes autores ofereciam uma metodologia então nova, aberta ao diálogo interdisciplinar – no qual a história detinha grande importância –, e, simultaneamente, um enfoque nas margens, características que tornam esta uma metodologia muito adequada ao trabalho nos EMFG, onde estudos de representações e de casos empíricos coexistem, em mútua interpelação.

Esta história merece ser aqui contada pois, como escrevia, em 1996, Kiernan Ryan, na sua introdução a *New Historicism and Cultural Materialism: A Reader*, estes posicionamentos pareciam ter sido já esquecidos; ora, segundo Ryan, não se falava deles, não porque tivessem desaparecido, mas porque os seus «pressupostos e procedimentos foram de tal forma completamente absorvidos pela prática crítica dominante que se tornaram virtualmente invisíveis» (1996: ix). De facto, analisar a relação de mútua influência entre o texto e as práticas sociais tornou-se natural no estudo das literaturas.

Embora diversos, «materialismo cultural» e «novo historicismo» são claramente próximos; para efeitos da minha reflexão não vou dirimir as suas diferenças – bastante irrelevantes aqui –, mas mencionar apenas o projeto comum, a saber, «[a] obrigação de relacionar a literatura com a história, de tratar os textos como indivisíveis dos contextos, e de o fazer de uma perspetiva politicamente carregada, forjada no presente» (Ryan 1996: xi). Uma leitura atenta reconhecerá aqui influência de Foucault, entre outros. De facto, esta metodologia não surge por geração espontânea, mas resulta da confluência de trabalhos teóricos anteriores. Michel Foucault (*As palavras e as coisas*, 1966), Louis Althusser (*Aparelhos ideológicos de estado*, 1970) e Clifford Geertz (*The Interpretation of Cultures*, 1973), são as presenças mais fortes na genealogia esboçada por Ryan. A linha estruturante comum, que Ryan encontra – e eu subscrevo –, está na abordagem do real enquanto texto e do texto enquanto real, ou melhor, na abordagem intertextual, e não especular, da relação entre as representações e a realidade empírica. A proposta, radical na década de

1980, de que o texto (também) constrói o real, em vez de simplesmente o refletir, vingou nas décadas seguintes, em plena viragem cultural, e informa muita da discussão atual em teorias feministas. Sem esta inflexão epistemológica, que corresponde a uma deslocação do enfoque da materialidade social para a representação, não seria possível conceber a teoria *queer*, por exemplo, ou mesmo algo muito mais simples como a construção social dos papéis sexuais, que pode ser lida como um tímido passo no sentido do *queer*.

Importa ainda falar – e para concluir – do problema da (forma da) escrita adequada a um trabalho que se quer simultaneamente interdisciplinar e reconhecido. Acontece que, as tentativas de colocar diversas disciplinas num lugar de fronteira e de trocas se coloca tanto na escolha de metodologias a adotar – questão já aqui abordada – como na forma linguística da «apresentação de resultados». Nas últimas décadas, o modelo vindo das ciências consideradas «duras», e depois adotado pelas ciências sociais, impôs-se nas humanidades. Daqui resulta uma retórica dominante nas publicações académicas onde a obsessão com a «prova» – que é uma obsessão com a legitimação científica – conduz à produção de um cada vez maior número de textos repletos de referências bibliográficas que substituem a reflexão própria e que, por vezes, tornam os ensaios ilegíveis. Esta não é uma questão espúria: a dimensão estética – «escrever bem» – é uma componente importante do trabalho académico, que se quer com impacto público. Convém lembrar que – como se aprende em estudos literários – «forma» e «conteúdo» são indissociáveis: a forma é também conteúdo. Coloca-se, portanto, a questão de encontrar uma forma adequada ao estudo em causa que represente conhecimento acrescido, inteligível e agradável de ler, aumentando assim o seu potencial impacto na sociedade.

Na área dos EMFG têm sido ensaiadas formas de escrita não ortodoxas, que estão ainda em processo de legitimação, longo e difícil. Em *Feminist Studies. A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing* (2010), Nina Lykke propõe a confluência entre «escrita académica» e «escrita criativa», o que pode, eventualmente, abrir o trabalho académico a um género discursivo mais amigável às humanidades e à leitura (Lykke 2010: 163-183). Na genealogia desta posição de Lykke está o trabalho de Geertz (1973, 1983), já referido, e ainda o trabalho de Hayden White *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe* (1973), onde o autor procura justamente mostrar as proximidades entre os discursos e

os métodos da historiografia e da literatura⁽⁹⁾. Que tenham passado cinco décadas desde os ensaios pioneiros de Geertz e de White, apontando no sentido de uma forma alternativa de produção de conhecimento validada pela academia, e que entretanto se tenha afirmado a tendência oposta, não pode deixar de ser um sinal do poder disciplinador da ortodoxia, não só sobre o que e como é válido investigar, mas também sobre os modos de figuração do conhecimento.

Tendo por objetivo o reconhecimento pleno, os EMFG continuam procurando novas formas nas suas práticas quotidianas de investigação, produção e disseminação de um conhecimento interdisciplinar; sempre com a consciência da genealogia, das múltiplas heranças, da heterogeneidade presente – e da imprevisibilidade do futuro.

Referências bibliográficas

- Althusser, Louis (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Notas para uma investigação*. Tradução de J. J. M. Ramos. Lisboa: Editorial Presença.
- Anastácio, Vanda (2013). *Uma antologia improvável. A escrita das mulheres (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Assis, Zamira de (2016). "A família e a sua regulamentação pelo legislativo brasileiro: o discurso parlamentar e as questões de género", in Zamira de Assis e Magda Guadalupe dos Santos (ed.), *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspetiva*. Belo Horizonte: D'Plácido, 231-246.
- Assis, Zamira de, Santos, Magda Guadalupe dos (ed.) (2016). *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspetiva*. Belo Horizonte: D'Plácido.
- Bauer, Nancy et al. (2015). *Feminist Investigations and Other Essays. New Literary History. A Journal of Theory and Interpretation*, 46(2).
- Baum, Bruce (2004). "Feminist Politics of Recognition", in *Signs*, vol 29, #4, 1073-1102.
- Bebiano, Adriana, Ramalho, Maria Irene (2018). "A Revista Crítica de Ciências Sociais e o Feminismo (1978-2017)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [Número especial comemorativo dos 40 anos], 71-114.

(9) A este propósito, ver Rui Bebiano 2002 e 2018.

- Bebiano, Rui (2002). "Sobre a história como poética", in José d'Encarnação (ed.), *As Oficinas da História*. Lisboa: Colibri, 47-70.
- « - » (2018). "Hayden White e o problema da narrativa", *Práticas da História*, 6, 41-50.
- Belsey, Catherine (1985). *The Subject of Tragedy: Identity and Difference in Renaissance Drama*. London: Routledge.
- Bourke, Angela, Kilfeather, Siobhán, Luddy, Maria, MacCurtain, Margaret, Meaney, Gerardine, Ní Dhonnchadha, Mairín, O'Dowd, Mary, Wills, Clair (ed.) (2002). *The Field Day Anthology of Irish Writing Volumes IV and V: Irish Women's Writing and Traditions*. Cork: Cork University Press.
- Braidotti, Rosi, Butler, Judith (1994). "Feminism by Any Other Name", *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 6(2/3), 27-61.
- Butler, Judith (1990). *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. New York and London: Routledge.
- Dollimore, Jonathan (1984). *Radical Tragedy: Religion, Ideology and Power in the Drama of Shakespeare and his Contemporaries*. Chicago: Chicago University Press.
- Dollimore, Jonathan, Sinfield, Alan (1985). *Political Shakespeare: Essays in Cultural Materialism*. Manchester: University Press.
- Felski, Rita (2015). *Doing Time: Feminist Theory and Postmodernism*. New York/ London: New York University Press.
- Crenshaw, Kimberlé (1989). "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics", *University of Chicago Legal Forum*, 139-168.
- Engler, Balz (2000). "Writing the European History of English", in Engler Balz e Renate Haas (ed.), *European English Studies: Contributions towards the History of a Discipline*. Leicester: ESSE, 1-12.
- Ferreira, Luciana et al. (2016). "Revisitação do gênero através da literatura: uma análise do lugar marginal da mulher a partir do conto 'A Fugitiva', da escritora canadense Alice Munro", in Zamira de Assis e Magda Guadalupe dos Santos (ed.), *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva*. Belo Horizonte: D'Plácido, 77-96.
- Foucault, Michel (1981). "The Order of Discourse", in R. Young (ed.), *Untying the Text. A Post-Structuralist Reader*. Boston, London/ Henley: Routledge Kegan & Paul, 51-78.
- French, Marilyn (1981). *Shakespeare's Division of Experience*. New York: Simon & Schuster.

- Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures. Selected Essays*. New York: Basic Books.
- « – » (1983). "Blurred Genres. The Refiguration of Social Thought", in *Local Knowledge. Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 19-35.
- Greenblatt, Stephen (1980). *Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare*. Chicago: University of Chicago Press.
- « – » (1988). *Shakespeare Negotiations: The Circulation of Social Energy in Renaissance England*. Berkeley: University of California Press.
- « – » (1990). *Learning to Curse: Essays in Early Modern Culture*. London: Harvard University Press.
- Haas, Renate (ed.) (2015). *Rewriting Academia. The Development of Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe*. Frankfurt-am-Main: Peter Lang.
- Haraway, Donna (1988). "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective", *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
- Harding, Sandra (1988). *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca/ New York: Cornell University Press.
- « – » (1993). "Rethinking Standpoint Epistemology: What is 'Strong Objectivity'?", in Linda Alcoff e Potter Elizabeth (ed.), *Feminist Epistemologies*. New York/ London: Routledge, 49-82.
- « – » (1995). "Strong Objectivity: A Response to the New Objectivity Question", *Synthese: Feminism and Science*, 104(3), 331-349.
- Hartsock, Nancy (1997). "Comment on Hekman's 'Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Truth or Justice'", *Signs: Journal of Women and Culture in Society*, 22(2), 367-374.
- Hekman, Susan (1997). "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited: Truth or Justice", *Signs: Journal of Women and Culture in Society*, 22(2), 341-365.
- Hornscheidt, Anthje Lann, Baer, Susanne (2011). "Transdisciplinary Gender Studies: Conceptual and Institutional Challenges", in R. Buikema, G. Griffin, N. Lykke (ed.), *Theories and Methodologies in Postgraduate Feminist Research. Researching Differently*. New York/ London: Routledge, 156-170.
- Howard, Jean E., Rackin, Phyllis (1997). *Engendering a Nation: a Feminist Account of Shakespeare's English Histories*. New York/ London: Routledge.

- Howard, Jean E. (1994). *The Stage and Social Struggle in Early Modern England*. London: Routledge.
- Jardine, Lisa (1983). *Still Harping on Daughters: Women and Drama in the Age of Shakespeare*. Sussex: Harvester Press.
- Judt, Tony (2010). *The Memory Chalet*. London: Heinemann.
- Kahn, Coppélia (1980). *Representing Shakespeare: New Psychoanalytic Essays*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- « – » (1981). *Man's Estate: Masculine Identity in Shakespeare*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press.
- « – » (1997). *Roman Shakespeare: Warriors, Wounds and Women*. London: Routledge.
- Lykke, Nina (2010). *Feminist Studies. A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing*. New York / London: Routledge.
- « – » (2011). "This Discipline which is not One: Feminist Studies as a Postdiscipline", in Rosemary Buikema, Gabriele Griffin e Nina Lykke (ed.), *Theories and Methodologies in Postgraduate Feminist Research. Researching Differently*. New York / London: Routledge, 128-141.
- Macedo, Ana Gabriela (2001). "Material Girls: Feminism and Body Matters", *Cadernos de Literatura Comparada*, Número Especial "Corpo e Identidades", 3 e 4, 145-167.
- Macedo, Ana Gabriela, Pereira, Margarida Esteves (2015). "Women's and Gender Studies in Portugal: An Overview from an Anglicist Perspective", in Renate Haas (ed.), *Rewriting Academia. The Development of Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe*. Frankfurt-am-Main: Peter Lang, 27-49.
- Meaney, Geraldine (2012). *(Un)Like Subjects. Women, Theory, Fiction*. London and New York: Routledge.
- Nunes, João Arriscado (2001). "Do bom uso das fronteiras. A(s) ciência(s), os seus outros e a reconfiguração dos saberes", *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 22, 125-132.
- « – » (2002). "As dinâmicas da(s) ciência(s) no perímetro do centro: uma cultura científica de fronteira?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 189-198.
- Ramalho, Maria Irene (2001). "Os Estudos sobre as Mulheres e o saber. Onde se conclui que o poético é feminista", *ex-aequo*, 3, 107-122.
- Rich, Adrienne (1986). *Blood, Bread, and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. London: Virago.
- Ryan, Kiernan (1996). *New Historicism and Cultural Materialism: A Reader*. London: Arnold.

- Santos, Boaventura de Sousa (2014). *Epistemologies of the South. Justice Against Epistemicide*. London: Routledge.
- Santos, Magda Guadalupe dos (2016). “Teorias Feministas e o Estatuto da Diversidade Sexual”, in Zamira de Assis e Magda Guadalupe dos Santos (orgs.), *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva*. Belo Horizonte: D’Plácido, 107-117.
- Spivak, Gayatri (2020). *Pode a subalterna tomar a palavra?* Tradução: António Sousa Ribeiro. Lisboa: Orfeu Negro.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1988). “Can the Subaltern Speak?”, in C. Nelson ed L. Grossberg (ed.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana/ Chicago: University of Illinois Press, 271-313.
- « – » (2003). *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press.
- « – » (2018). “Study, Know, Learn, Listen Do? Humanities for Social Sciences”. Aula inaugural dos Doutoramentos de Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 12 de outubro de 2018:
<https://saladeimprensa.ces.uc.pt/index.php?col=canalces&id=21200#.Y0gmd-zMKSI>
- White, Hayden (1973). *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Woolf, Virginia (1938). *Three Guineas*. London: Hogarth Press.

